

RIO CORRENTE AGRÍCOLA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025/2026

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. acionistas o Relatório da Administração e o conjunto das Demonstrações Financeiras da RIO CORRENTE AGRÍCOLA S.A. do exercício iniciado em 1º de abril de 2025 e encerrado em 31 de março de 2026, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

1. A COMPANHIA Com sede localizada na cidade de Sonora - MS, a Companhia tem por atividade a exploração e comercialização de produtos agrícolas, principalmente das culturas de cana-de-açúcar e de soja.

2. CONTEXTO OPERACIONAL A produtividade da cana-de-açúcar, impactada pelo stress hídrico observado no meio da safra, foi de 80,2 ton/ha uma redução de 7,5% em relação ao observado na safra anterior. O ATR campo médio atingiu 132,92kg ATR/ton, apresentando uma involução de 3,7% quando comparado ao da safra anterior, reflexo do mesmo evento observado na produtividade da cana de açúcar. A Companhia colheu 1.806,6 milhão de toneladas de cana em 2025/26, 6,4% a menos que na safra anterior. Colhemos também 97,5 mil sacos de soja, uma diminuição de 32% em função da redução de área plantada nesta safra.

3. INVESTIMENTOS A Companhia tem se comprometido na busca de melhores resultados e excelência na produção, através da ampliação dos esforços na redução dos custos agrícolas, industriais e administrativos, a melhoria contínua na produção de cana-de-açúcar e demais produtos agrícolas. Neste exercício social foram investidos R\$ 91,4 milhões na renovação da lavoura de cana de açúcar, inseridos aqui o início de plantio em nova área de parceria agrícola adicionada às áreas agriculturáveis da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém sua política de investimentos nos tratos culturais para estabilização do canavial e renovação de máquinas e equipamentos. Iniciamos também a primeira fase do projeto de irrigação por gotejamento em uma área piloto a fim de validar o business case e evoluir para as próximas etapas.

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL E GESTÃO DE MEIO AMBIENTE Seguindo a prática de muitos anos, a política de ação social da Companhia baseia-se no relacionamento e programas desenvolvidos em conjunto com associações comunitárias, fundações e escolas, visando o bem-estar social de seus colaboradores e da comunidade onde atua. Atentas ao cumprimento da legislação ambiental e às alternativas para o desenvolvimento sustentável e dando continuidade à sua política, a Companhia desenvolve suas atividades com absoluto respeito ao meio-ambiente.

5. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO O resultado apurado no exercício foi de um prejuízo de R\$ 12.648 mil a ser destinado à conta de Prejuízos Acumulados.

6. AGRADECIMENTOS A Companhia agradece a todos os, clientes, fornecedores e demais instituições pela confiança e apoio à Administração, bem como a seus colaboradores, pela dedicação e integração com os planos empreendidos.

LUCA GIOBBI - Diretor Presidente

Rio Corrente Agrícola S.A.

Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	24.321	21.767	Empréstimos e financiamentos	17	29.025	41.100
Contas a receber	11	2.770	42.217	Fornecedores	18	26.912	35.233
Estoques	12	29.484	32.803	Obrigações trabalhistas	19	17.329	15.772
Ativos biológicos	13	197.780	183.041	Obrigações tributárias		441	290
Impostos a recuperar		1.213	4.338	Impostos e contribuições parcelados	20	981	906
Adiantamentos a fornecedores		572	3.315	Adiantamentos de clientes	21	90.099	380
Outros créditos		1.713	1.735	JCP a pagar	14.1	-	19.125
		<u>257.853</u>	<u>289.216</u>	Arrendamentos	16	69	270
				Outras obrigações		27	291
						<u>164.883</u>	<u>113.367</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável à longo prazo				Empréstimos e financiamentos	17	192.246	213.628
Depósitos judiciais	22	1.572	1.572	Arrendamentos	16	522	522
Imobilizado	15	591.855	551.477	Impostos e contribuições parcelados	20	2.600	3.327
Investimentos		1.757	1.485	Provisão para contingências	22	3.203	4.200
Direito de uso de ativos	16	520	751	Passivo fiscal diferido	23	183.567	190.273
		<u>595.704</u>	<u>555.285</u>			<u>382.138</u>	<u>411.950</u>
				Total do passivo		<u>547.021</u>	<u>525.317</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	84.562	84.562
				Ajustes de avaliação patrimonial	24.b	132.601	132.601
				Reserva de lucros	24.c	89.373	102.021
						<u>306.536</u>	<u>319.184</u>
Total do ativo		<u>853.557</u>	<u>844.501</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>853.557</u>	<u>844.501</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita líquida de vendas	25	266.958	302.864
Custo dos produtos vendidos	26	(214.702)	(191.198)
Valor justo dos ativos biológicos	13	11.438	(42.361)
Lucro bruto		63.694	69.305
Despesas gerais e administrativas	26	(51.220)	(47.629)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(3.162)	(2.969)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.312	18.707
Receitas financeiras	27	4.729	1.901
Despesas financeiras	27	(33.395)	(25.216)
		(28.666)	(23.315)
Resultado antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social		(19.354)	(4.608)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23	6.706	9.040
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(12.648)	4.432
(Prejuízo) lucro por ação básico e diluído - Por lote de mil ações, em reais	24.e	(199,48)	69,90

Demonstração do resultado abrangente

	2026	2025
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(12.648)	4.432
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(12.648)	4.432

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	
Em 1º de abril de 2024	84.562	132.601	9.336	110.753	-	337.252
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	4.432	4.432
Constituição de reserva	-	-	222	-	(222)	-
Remuneração sobre capital próprio	-	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Reversão de reservas	-	-	-	(18.290)	18.290	-
Em 31 de março de 2025	84.562	132.601	9.558	92.463	-	319.184
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(12.648)	(12.648)
Reversão de reservas	-	-	-	(12.648)	12.648	-
Em 31 de março de 2026	84.562	132.601	9.558	79.815	-	306.536

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social		(19.354)	(4.608)
Ajustes			
Depreciação e amortização		86.063	82.194
Amortização de tratos culturais de cana-de-açúcar	26	71.463	57.982
Custo contábil do ativo imobilizado baixado	15	15.805	4.142
Marcação a mercado das operações de <i>hedge</i>		-	54
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	17	32.794	23.098
Juros e remensuração sobre arrendamentos	16	70	58
Juros sobre impostos parcelados	27	391	286
Provisão para (reversão de) contingências	22	(997)	2.493
Ajuste valor justo dos ativos biológicos	13	(11.438)	42.361
		174.797	208.060
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber		39.447	(7.176)
Estoques		3.319	(11.009)
Impostos a recuperar		3.125	(3.234)
Adiantamentos a fornecedores		2.743	(1.679)
Ativos biológicos		(74.764)	(87.162)
Outros créditos		22	(355)
Fornecedores		(8.321)	6.551
Obrigações trabalhistas		1.557	1.578
Obrigações tributárias		151	100
Pagamento de IRRF sobre JCP		-	(3.375)
Adiantamentos de clientes		89.719	(109)
Impostos e contribuições parcelados		(1.043)	(947)
Outras obrigações		(264)	(19)
Caixa gerado pelas operações		230.488	101.224
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(31.560)	(18.471)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		198.928	82.753
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		-	32
Adição aos investimentos		(272)	(740)
Investimento em canavial - planta portadora	13	(91.390)	(77.612)
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(50.625)	(49.385)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(142.287)	(127.705)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		-	(11.434)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(19.125)	-
Empréstimos e financiamentos - captações	17	17.646	147.363
Empréstimos e financiamentos - amortização de principal	17	(52.337)	(73.531)
Pagamento de arrendamento mercantil	16	(271)	(302)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos		(54.087)	62.096
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.554	17.144
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	21.767	4.623
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10	24.321	21.767
Variação de caixa e equivalentes de caixa		2.554	17.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Rio Corrente Agrícola S.A. ("Companhia" ou "Rio Corrente") tem por objeto a exploração e comercialização de produtos agrícolas, principalmente das culturas de cana-de-açúcar e soja. A produção de cana-de-açúcar é destinada

integralmente à sua controladora Sonora Estância S.A. ("Controladora" ou "Sonora Estância"), que em conjunto constituem o "Grupo".

Em 30 de março de 2012, a Companhia celebrou um contrato com a Sonora Estância S.A., cujo objeto do instrumento é a venda da totalidade de cana-de-açúcar produzida pela Companhia em cada safra anual. O contrato ficará vigente pelo prazo de 20 anos/safra. O preço de venda é definido mensalmente utilizando como base os valores divulgados pela Consecana/SP.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de junho de 2026.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros derivativos e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da "Companhia" são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

4.1 Principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

5 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos".

5.2 Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 360 dias.

5.3 Ativos financeiros

5.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de cana de açúcar e soja e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

5.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: Instrumentos derivativos de *hedge* e Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

5.3.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

5.3.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos agrícolas no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia mantém o contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, e, portanto, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

5.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A cana de açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

5.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem as lavouras de cana-de-açúcar e soja, e são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

5.7 Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

5.8 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico ou seu custo atribuído, menos depreciação acumulada. O custo histórico ou custo atribuído inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Vide vidas úteis econômicas estimadas para os ativos da Companhia:

Equipamento	Grupo	Vida útil
Aeronaves	Aeronaves	20
Balanças	Outros	12
Bombas centrífugas	Máquinas, implementos e acessórios	10
Caminhões leves	Veículos	15
Caminhões médios	Veículos	12
Caminhões pesados	Veículos	10
Compressores de ar	Máquinas, implementos e acessórios	15
Desfibrador de cana	Máquinas, implementos e acessórios	20
Edificações e dependências	Edificações e dependências	25
Empilhadeiras	Máquinas, implementos e acessórios	12
Equipamentos de informática	Computadores e periféricos	5
Ferramentas elétricas portáteis	Máquinas, implementos e acessórios	6
Gerador	Máquinas, implementos e acessórios	30
Guindaste hidráulico	Máquinas, implementos e acessórios	20
Lavouras de cana-de-açúcar	Lavouras de cana-de-açúcar	5
Moendas	Máquinas, implementos e acessórios	25
Motores elétricos	Máquinas, implementos e acessórios	15
Móveis e utensílios	Móveis e utensílios	12
Plantadoras de cana	Máquinas, implementos e acessórios	25
Serras	Máquinas, implementos e acessórios	15
Transbordo de cana	Veículos	15
Transformador de força	Instalações e equipamentos	40
Tratores agrícolas	Máquinas, implementos e acessórios	15
Veículos Frota	Veículos	5
Veículos Passeio	Veículos	8
Ventiladores e exaustores	Móveis e utensílios	15

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 15).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidos" na demonstração do resultado.

5.9 Impairment de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

5.11 Empréstimos e financiamentos, e títulos de créditos

Os empréstimos e financiamentos e títulos de créditos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e os títulos de crédito estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os títulos de crédito são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

5.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

5.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no Brasil, onde a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

5.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

5.15 Reconhecimento da receita

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos

contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações

a. Venda de produtos

A receita com venda de produtos agrícolas é reconhecida quando efetua a entrega dos produtos comercializados para o cliente, a depender dos termos contratuais firmados (*incoterms*), e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

5.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

5.17 Arrendamentos - CPC 06 (R2)

Os contratos de arrendamentos nos quais a Companhia possui o direito de uso dos ativos arrendados são registrados como se fosse uma compra financiada com as taxas dos contratos de financiamentos da Companhia, reconhecendo, no seu início, um direito de uso do ativo e um passivo de financiamento (arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar), pelo valor de direito de uso contratado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, a nova revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, que substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento/parceria. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Na adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos e parcerias que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental calculada de acordo com os riscos e prazos dos contratos, calculada por sua administração em 6,5% a.a.

A Companhia possui também contratos de parcerias agrícolas de terras com terceiros que não se enquadraram no conceito para reconhecimento da norma do CPC 06 (R2) em função de não haver pagamentos fixos ou mínimos a serem pagos aos parceiros, estando os pagamentos 100% atrelados a percentual variável da produção de cana-de-açúcar.

Na primeira aplicação do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos e parcerias agrícolas com características razoavelmente similares.
- Contabilização de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de abril de 2019 como arrendamentos de curto prazo.

A Companhia também optou por não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na data de aplicação inicial. Em vez disso, em relação a contratos celebrados antes da data de transição, a Companhia utilizou sua avaliação executada por meio da aplicação prevista no CPC 06 (R2) para determinação se um acordo contém um arrendamento.

As atividades de arrendamento da Companhia e a maneira como são contabilizadas

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos), menos incentivos de arrendamentos a receber.
- Pagamentos de arrendamentos variáveis baseadas em algum índice ou taxa.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento/ contrato de parceria agrícola. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ou parceria agrícola.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos e parcerias agrícolas feitos na data inicial, ou antes dela. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como um gasto no custo de produção. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de até 12 meses.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em contratos de arrendamentos e da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos, porém, estas opções de prorrogação e extinção precisam ser acordadas em comum acordo entre as partes, e não podem ser exercidas apenas pela Companhia. Assim, a Companhia adotou os prazos firmados em contrato, por entender não possuir obrigação executável além do contratualmente estabelecido.

Ao determinar o prazo do arrendamento e parcerias, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de extinção. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento ou parceria serão prorrogados (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle do arrendatário ou parceiro.

Obrigações com arrendamentos

Referem-se a obrigações com arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas, provenientes da adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. As principais alterações introduzidas por essa norma e os impactos para a Companhia, que passou a ser adotada a partir de 1º de abril de 2019, estão descritos nesta nota e também apresentados na Nota 17.

6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:

a. Valor justo dos ativos biológicos

A avaliação do ativo biológico utiliza premissas para determinar seu valor justo, tais como: rendimento agrícola estimado, custos estimados de tratamentos culturais até o início da colheita, preço estimado dos produtos agrícolas (Nota 13).

b. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

De acordo com o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, que ocorrerá futuramente, a despesa de imposto de renda deverá ser reconhecida nesse mesmo período, ou seja, o imposto incidente sobre elas que será pago em períodos futuros. Da mesma maneira, se as despesas reconhecidas atualmente não puderem ser consideradas dedutíveis fiscalmente, mas sim no futuro, a Companhia reconhece os tributos diferidos, desde que, também, a Companhia reúna todas as condições para reconhecimento de tributos diferidos ativos.

c. Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

d. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

e. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 13 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e

Nota explicativa nº 9 - Instrumentos financeiros.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026 (no caso da Companhia 1º de abril de 2027). A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

·As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

·As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

·Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações serão agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

·Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC48 e CPC40); e

·Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC48 e CPC40).

8 Gestão de risco financeiro

8.1 Fatores de risco financeiro

A Controladora da Companhia realiza operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes das variações do preço do açúcar internacional, do etanol, da taxa de câmbio e das taxas de juros.

A atividade de gestão de riscos é regida por uma diretriz da Administração, pelos responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como finanças (inclui área de gestão de riscos), comercial e operações. A Administração define todas as características da atividade de gestão de riscos, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez e instrumentos financeiros aprovados para negociação.

O objetivo da gestão de riscos é a proteção do fluxo de caixa visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos comerciais e financeiros oriundos da operação.

Os instrumentos financeiros derivativos aprovados para gerenciar esses riscos incluem contratos de Opções, Termos, Futuros, *Non Deliverable Forwad* (NDFs) e *Swaps*. A utilização desses instrumentos está sujeita a análises sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e outras metodologias de gestão de risco.

Os contratos derivativos são monitorados e avaliados diariamente e tem sua estratégia ajustada de acordo com as condições de mercado. Os derivativos podem ser utilizados para modificar o retorno das operações conforme julgamento sobre as condições mais adequadas, procurando igualar os direitos advindos das obrigações representadas pelas operações contratadas. A contratação de instrumentos financeiros derivativos visando às modificações do retorno de suas operações é realizada para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. Não são realizadas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem apenas na Controladora da Companhia, vez que a própria Companhia não realiza este tipo de operações. A Companhia não adota contabilidade de *hedge*.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, a Controladora da Companhia utiliza cotações informadas pelas corretoras que opera e compara com operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta à variação monetária relativa vendas de cana-de-açúcar no mercado interno. A Companhia não está exposta à variação cambial, uma vez que todas suas operações e derivativos são realizadas em reais e os efeitos das vendas de soja relativos à contratos negociados no mercado interno e custos de produção atrelados ao indicador ATR Consecana e custos com insumos agrícolas indexados ao dólar norte-americano, são administradas conforme premissas estabelecidas pela Administração, por meio de estratégia de hedge com contratos de NDFs e Opções.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes resulte em um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, à variação de índices do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, TJLP e Cesta Moeda. As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por TJLP e CDI; sendo assim, a Administração, de

uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1		
				Elevação do índice		Valor
				% de elevação	%	
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	24.170	CDI	10,65	8,98%	11,61	232
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	221.271	CDI	10,65	8,98%	11,61	(2.124)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						(1.892)

Instrumentos	Exposição 31/03/2026	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2		
				Redução do índice		Valor
				% de redução	%	
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	24.170	CDI	10,65	8,98%	9,69	(232)
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	221.271	CDI	10,65	8,98%	9,69	2.124
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						1.892

(iii) *Risco de Preços de ATR (Açúcar Total Recuperável) da cana-de-açúcar e o preço da soja.*

A Companhia está exposta à variação do preço de ATR (Açúcar Total Recuperável) do açúcar no mercado, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto no mercado interno, com contratos sujeitos a esta variação, bem como também está sujeita à variação no preço das *commodities* (soja).

b. Risco de crédito

Risco de crédito com contrapartes são gerados por depósitos e ingressos em instrumentos financeiros derivativos com bancos e instituições financeiras. A Companhia gere seus riscos de crédito efetuando operações apenas com instituições de primeira linha e que possuem *ratings* fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard & Poor's* e *Moody's Investor* e devidamente aprovadas pela Administração.

Caso ocorram mudanças de perspectivas quanto ao risco de crédito das instituições financeiras, as operações a serem contratadas ou em andamento deverão ser objeto de aprovação pela Administração.

Operações realizadas na bolsa de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT (ICE-NY) são consideradas como operações cujo risco de contraparte é aceito pelo Grupo em que a Companhia está inserida.

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira.

8.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar o capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital. Neste sentido, a Companhia tem como política acompanhar o índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e títulos de crédito (incluindo saldos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	2026	2025
Total de empréstimos e financiamentos	221.271	254.728
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(24.321)	(21.767)
Dívida líquida	196.950	232.961
Total do patrimônio líquido	306.536	319.184
Capital total	503.486	552.145
Índice de alavancagem financeira - %	39%	42%

9 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de março de 2026	Valor contábil			Valor justo		
	Ativos ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos, conforme o balanço patrimonial:						
Caixa e equivalentes de caixa	151	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	24.170	-	-	24.170	-
Contas a receber de clientes	2.770	-	-	-	-	-
Outros créditos	1.713	-	-	-	-	-
	<u>4.634</u>	<u>24.170</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.170</u>	<u>-</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial:						
Empréstimos e financiamentos	-	-	(221.271)	-	-	-
Arrendamentos	-	-	(591)	-	-	-
obrigações legais (i)	-	-	(117.038)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(338.900)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de março de 2025	Valor contábil			Valor justo		
	Ativos ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos, conforme o balanço patrimonial:						
Caixa e equivalentes de caixa	169	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	21.598	-	-	21.598	-
Contas a receber de clientes	42.217	-	-	-	-	-
Outros créditos	1.735	-	-	-	-	-
	<u>44.121</u>	<u>21.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.598</u>	<u>-</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial:						
Empréstimos e financiamentos	-	-	(254.728)	-	-	-
Arrendamentos	-	-	(792)	-	-	-
obrigações legais (i)	-	-	(35.904)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(291.424)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) São compostos dos saldos das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas "Fornecedores, Adiantamentos de clientes e Outras obrigações".

	2026	2025
Bancos conta movimento	151	169
Aplicações financeiras	<u>24.170</u>	<u>21.598</u>
	<u>24.321</u>	<u>21.767</u>

10 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência, e riscos reduzidos de mudança de valor. Em 31 de março de 2026, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 103% (2025 - 104%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

11 Contas a receber de clientes

Basicamente representada por clientes compradores de produtos da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário o que possibilita à Companhia interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

	2026	2025
Contas a receber - cana de açúcar - NE 14.1	-	40.029
Contas a receber - soja	2.198	1.895
Contas a receber - outros produtos	572	293
	<u>2.770</u>	<u>42.217</u>

Abaixo o cronograma de vencimento dos títulos:

	2026	2025
A vencer	2.770	42.217
	<u>2.770</u>	<u>42.217</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de março de 2026 e 2025 e concluiu que os valores não são materiais para ajuste nas demonstrações contábeis, pois o giro de suas contas a receber é de curto prazo. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de

suas obrigações financeiras a Companhia procura trabalhar com pagamentos antecipados. As contas a receber de cana-de-açúcar referem-se a vendas para a controladora, conforme nota explicativa 14.1

12 Estoques

	2026	2025
Defensivos agrícolas	7.060	8.753
Peças de reposição agrícolas	3.331	3.305
Herbicidas	1.923	3.421
Açubos	14.904	7.950
Materiais vários	517	543
Lubrificantes	521	388
Sementes	221	171
Outros	1.007	8.272
	<u>29.484</u>	<u>32.803</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao valor de realização. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste a valor líquido realizável ou perda por obsolescência de estoques.

13 Ativos biológicos

a. Lavoura de cana-de-açúcar

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A Companhia possui 26,4 mil hectares de área plantada (24,7 mil hectares - 2025). O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Cana	2026	2025
Área total estimada da colheita (ha)	26.391	24.785
Produtividade prevista (ton/ha)	85,8	75,2
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (Kg)	135,46	140,52
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,0953	1,2115
Taxa de desconto (%)	8,98%	9,49%

b. Lavoura de soja

O cultivo da soja é iniciado pelo plantio de sementes em terras próprias. As terras em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Em 31 de março de 2026 a Companhia possuía área de 196 hectares plantada de soja (847 hectares em 2025).

O valor justo das lavouras de soja foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da estimativa de produção de soja na safra 25/26, pelo preço de mercado futuro da soja, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da soja (tratos culturais); (ii) custos com colheita; (iii) custos de capital (aluguel/arrendamento das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Nesse sentido, as principais premissas utilizadas para o referido cálculo estão apresentadas abaixo:

Soja	2025/2026	2024/2025
Hectares plantados (ha)	196	847
Preço médio estimado de venda (R\$ por saca)	109,63	112,20
Produtividade média estimada (sacas por ha)	56	56
Custo estimado da colheita (R\$/ha)	713,98	548,35

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	183.041	196.222
Aumento decorrente de tratos cana	79.829	82.640
Aumento decorrente de tratos soja	13.005	17.194
Varição valor justo ativo biológico cana-de-açúcar	10.176	(41.205)
Varição valor justo ativo biológico soja	1.263	(1.156)
Redução decorrente de colheita	(89.534)	(70.654)
Saldo final do exercício	197.780	183.041
Cana-de-açúcar		
Custos históricos	105.369	97.019
Valor justo cana-de-açúcar	91.376	81.200
Soja		
Custos históricos	2.825	7.875
Valor justo soja	(1.790)	(3.053)
	197.780	183.041

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar e soja estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação de suas lavouras.

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

- i. preço da tonelada de cana-de-açúcar:
Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 13.968.
- ii. volume de produção de cana-de-açúcar:
Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 12.087.

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas.

14 Partes relacionadas

14.1 Saldos das operações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Sonora Estância S.A. (a)	-	40.029	90.079	-	275.122	318.908
Sonora Estância S.A. (b)	-	-	-	19.125	-	-
	<u>-</u>	<u>40.029</u>	<u>90.079</u>	<u>19.125</u>	<u>275.122</u>	<u>318.908</u>

- (a) Os saldos de contas a receber referem-se a venda de cana-de-açúcar para controladora, conforme nota 11. Os valores de resultado referem-se a receita bruta de venda de cana-de-açúcar, conforme nota 25. Em 2026, a Sonora Estância S.A. efetuou adiantamento da safra de cana referente ao exercício 2026/2027.
- (b) Os saldos referem-se aos juros sobre capital próprio - líquidos de IRRF (2025) a serem pagos a controladora. A Companhia efetua a venda da totalidade de cana-de-açúcar produzida para sua controladora Sonora Estância S.A. e entende que os preços de vendas praticados são adequados e compatíveis com a qualidade da cana-de-açúcar e com os custos dos principais insumos utilizados na sua cultura (Nota 26).

14.2 Remuneração dos administradores

A remuneração e os honorários totais dos administradores da Companhia foram de R\$ 839 no exercício findo em 31 de março de 2026 (em 31 de março de 2025, R\$ 757). Eles não gozam de outras vantagens, a não ser os que são acionistas, que recebem dividendos, caso existam lucros, na proporção de suas participações societárias.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15 Imobilizado

	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2026
Custo							
Terrenos	207.027	-	-	207.027	800	-	207.827
Edificações e dependências	24.964	591	-	25.555	8.953	-	34.508
Instalações e equipamentos	3.421	165	(6)	3.580	101	(11)	3.670
Máquinas, implementos e acessórios	109.342	18.455	(7.313)	120.484	10.786	(1.587)	129.683
Veículos	61.626	21.394	(6.020)	77.000	2.317	(2.987)	76.330
Móveis e utensílios	1.234	171	(38)	1.367	143	(12)	1.498
Aeronaves	1.862	-	-	1.862	47	-	1.909
Computadores e periféricos	2.209	288	(20)	2.477	226	(24)	2.679
Lavouras de cana-de-açúcar	311.721	77.612	(67.527)	321.806	91.390	(3.236)	409.960
Outros	1.331	141	(28)	1.444	324	(4)	1.764
Imobilizações em andamento	663	8.180	(1.333)	7.510	26.928	(11.984)	22.454
Total do custo	725.400	126.997	(82.285)	770.112	142.015	(19.845)	892.282
Depreciação							
Edificações e dependências	(7.585)	(836)	-	(8.421)	(874)	-	(9.295)
Instalações e equipamentos	(1.760)	(290)	4	(2.046)	(300)	4	(2.342)
Máquinas, implementos e acessórios	(47.256)	(14.850)	4.895	(57.211)	(15.654)	1.168	(71.697)
Veículos	(46.315)	(9.096)	5.655	(49.756)	(10.377)	2.839	(57.294)
Móveis e utensílios	(743)	(87)	33	(797)	(96)	5	(888)
Aeronaves	(1.505)	(46)	-	(1.551)	(48)	-	(1.599)
Computadores e periféricos	(1.277)	(345)	19	(1.603)	(313)	21	(1.895)
Lavouras de cana-de-açúcar	(107.744)	(56.268)	67.517	(96.495)	(58.030)	-	(154.525)
Outros	(660)	(115)	20	(755)	(140)	3	(892)
Total da depreciação	(214.845)	(81.933)	78.143	(218.635)	(85.832)	4.040	(300.427)
Imobilizado líquido	510.555	45.064	(4.142)	551.477	56.183	(15.805)	591.855

A Companhia efetuou a revisão da vida útil, do imobilizado conforme determina o CPC 27 – Ativo Imobilizado, para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, e concluiu que as vidas úteis adotadas não sofreram alterações no exercício.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco anos após o seu primeiro corte.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

16 Direito de uso e arrendamentos

A seguir estão apresentados os passivos de arrendamento em 31 de março de 2026 e 2025 reconhecidos de acordo com o CPC 06 (R2), mensurados ao valor presente destas obrigações:

Data de vcto inicial do contrato	Data de vcto final do contrato	Valor nominal total do contrato	Valor presente do contrato em 31/03/2026	Valor presente do contrato em 31/03/2025
01/07/2023	01/06/2028	1.350	591	792
		1.350	591	792

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2026 e 2025, foi a seguinte:

	2026	2025
Arrendamento mercantil no início do exercício	792	1.035
Remensuração/adição	26	1
Pagamento	(271)	(302)
Juros provisionados	44	58
Arrendamento mercantil no final do exercício	591	792
Circulante	69	270
Não circulante	522	522
	591	792

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de março de 2026 e 2025, foi a seguinte:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Direito de uso no início do exercício	751	1.012
Depreciação	(231)	(261)
Direito de uso no final do exercício	<u>520</u>	<u>751</u>
Composição		
Valor de custo	1.237	1.237
Depreciação acumulada	(717)	(486)
Total	<u>520</u>	<u>751</u>

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média ponderada	Adicional	Vencimento	2026	2025
	ao ano		final		
CDC	3,9%	CDI	mai/27	608	1.129
Cédula rural (a)	10,2%	Taxa Pré	out/31	167.821	191.989
Finame	7,2%	IPCA	dez/34	50.120	57.731
CCB	4,0%	CDI	jun/27	2.722	3.879
Total				<u>221.271</u>	<u>254.728</u>
Passivo circulante				29.025	41.100
Passivo não circulante				192.246	213.628
Total				<u>221.271</u>	<u>254.728</u>

- (a) A Cédula rural é uma linha de financiamento específica para produtores rurais. Os contratos firmados possuem como finalidade o financiamento da atividade de venda de soja com fim específico de exportação, bem como o investimento na produção de cana-de-açúcar.

Movimentação

Abaixo está apresentada a movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos			Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante	Total			
Saldo em 31 de março de 2024	54.384	121.885	176.269	(4.623)	(32)	171.614
Captações	3.474	143.889	147.363	-	-	147.363
Variações monetárias e juros	5.019	18.079	23.098	-	-	23.098
Transferências	70.225	(70.225)	-	-	-	-
Pagamento de juros	(18.471)	-	(18.471)	-	-	(18.471)
Amortização de principal	(73.531)	-	(73.531)	-	-	(73.531)
Outros	-	-	-	(17.144)	32	(17.112)
Saldo em 31 de março de 2025	41.100	213.628	254.728	(21.767)	-	232.961
Captações	525	17.121	17.646	-	-	17.646
Variações monetárias e juros	32.794	-	32.794	-	-	32.794
Transferências	38.503	(38.503)	-	-	-	-
Pagamento de juros	(31.560)	-	(31.560)	-	-	(31.560)
Amortização de principal	(52.337)	-	(52.337)	-	-	(52.337)
Outros	-	-	-	(2.554)	-	(2.554)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>29.025</u>	<u>192.246</u>	<u>221.271</u>	<u>(24.321)</u>	<u>-</u>	<u>196.950</u>

Garantias

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens financiados, penhora rural, aval de sócios e hipoteca de imóveis rurais.

Modalidade	Garantia	Valor
CCB	Aval PF, hipoteca de imóveis	2.722
CDC	Aval PF, alienação fiduciária	608
Cédula Rural	Aval PF, hipoteca de imóveis, penhora rural	167.821
Finame	Aval PF, hipoteca de imóveis	50.120
		<u>221.271</u>

Covenants

A Companhia precisa atingir uma cláusula restritiva de contrato de financiamento junto a instituição financeira durante toda vigência do contrato ("covenants"), de Dívida líquida/EBITDA, conforme estabelecido em um contrato de empréstimo para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 tendo atendido tal índice em data anterior à data base das demonstrações financeiras. A Companhia estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
2027	58.155	37.083
2028	37.856	56.631
2029	36.827	38.307
2030	18.374	33.013
2031 em diante	41.034	48.594
Total	<u>192.246</u>	<u>213.628</u>

18 Fornecedores

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Syngenta Protecao De Cultivos Ltda	4.212	3.034
Fertipar Fertilizantes Do Parana Ltda	3.508	2.688
Inpek Fertilizantes S/A	3.127	-
Intercolog Ltda	2.448	-
Araguaia S.A	1.387	-
Florindo Agro - Sansao & Florindo Ltda	1.347	5.063
Camda Cooperativa Agricola Mista De Adamantina	1.108	70
J H Vieira Coelho Onuma & Cia Ltda	941	1.601
Raizen S.A.	797	328
Uby Agroquimica S.A	486	3.092
Lar Cooperativa Agroindustrial	39	1.600
FMC Química do Brasil Ltda	-	4.500
Cooperativa do Plantadores de Cana do Estado de São Paulo	394	1.468
Nufarm Indústria Química e Farmaceutica S/A	-	1.097
Outras	7.118	10.692
	<u>26.912</u>	<u>35.233</u>

19 Obrigações trabalhistas

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Salários	4.209	3.948
Provisão para férias e 13º salário	10.833	9.733
INSS a recolher	712	653
FGTS a recolher	491	439
Outras obrigações	1.084	999
	<u>17.329</u>	<u>15.772</u>

20 Impostos e contribuições parcelados

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	1.198	1.430
Parcelamento INSS	2.383	2.803
	<u>3.581</u>	<u>4.233</u>
Circulante	981	906
Não circulante	2.600	3.327
	<u>3.581</u>	<u>4.233</u>

A Companhia aderiu ao REFIS IV de débitos federais, nº 12.996/14, com benefícios de redução nos juros, nas multas e nos encargos legais. A maior parte dos processos inclusos no parcelamento era discutida judicialmente, e, no cumprimento da legislação, a Companhia desistiu de todas as ações judiciais. Não há garantias vinculadas aos parcelamentos em virtude da não exigência, e, em caso de ausência de pagamento de três parcelas, consecutivas

ou não, implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição na Dívida Ativa da União. A Companhia vem cumprindo as condições dos parcelamentos, e tem liquidado os mesmos pontualmente.

21 Adiantamentos de clientes

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Colheita de cana-de-açúcar - Nota 14.1(a)	90.079	-
Outros	<u>20</u>	<u>380</u>
	<u>90.099</u>	<u>380</u>

(a) Saldo refere-se a adiantamentos recebidos da controladora Sonora Estância S.A. através de custeio de plantio, manutenção de safra e financiamento de outras operações diversas, decorrentes da dependência de caixa da Companhia para com sua Controladora. A Companhia liquida estes adiantamentos com a entrega da colheita de cana-de-açúcar.

22 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Para fazer face às perdas futuras vinculadas à parte desses processos, foi constituída provisão em valor considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias e cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de março de 2024	261	1.446	1.707
(+) Atualizações	<u>1.189</u>	<u>1.304</u>	<u>2.493</u>
Saldos em 31 de março de 2025	1.450	2.750	4.200
(+) Atualizações	<u>(1.100)</u>	<u>103</u>	<u>(997)</u>
Saldos em 31 de março de 2026	<u>350</u>	<u>2.853</u>	<u>3.203</u>

Contingências passivas não provisionadas

A Companhia é, ainda, parte em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em andamento, classificados como de risco possível pelos seus consultores jurídicos externos, para os quais não foi constituída provisão.

Tais processos totalizam em 31 de março de 2026 na Companhia aproximadamente R\$ 7.406 (2025 - R\$ 14.919).

As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Saldo por natureza		
Tributários	5.461	4.058
Cíveis	<u>1.945</u>	<u>10.861</u>
Total	<u>7.406</u>	<u>14.919</u>

Os processos tributários estão vinculados a depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 1.432 (R\$ 1.572 em 2025).

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do diferido

Impostos diferidos ativos líquidos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>Reconhecido no PL</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2025</u>	<u>Reconhecido no PL</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2026</u>
Prejuízos fiscais / Base de cálculo negativa	12.374	-	5.357	17.732	-	19.310	37.042
Contingências	580	-	848	1.428	-	(339)	1.089
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL ativo	<u>12.954</u>	<u>-</u>	<u>6.205</u>	<u>19.160</u>	<u>-</u>	<u>18.971</u>	<u>38.131</u>
Valor justo do ativo biológico	(40.972)	-	14.402	(26.570)	-	(3.889)	(30.459)
Depreciação acelerada	(102.968)	-	(11.585)	(114.553)	-	(8.376)	(122.929)
Ajuste de avaliação patrimonial	(68.310)	-	-	(68.310)	-	-	(68.310)
Derivativos	(18)	-	18	-	-	-	-
IRPJ e CSLL passivo	<u>(212.268)</u>	<u>-</u>	<u>2.835</u>	<u>(209.433)</u>	<u>-</u>	<u>(12.265)</u>	<u>(221.698)</u>
Saldo de IRPJ e CSLL	<u>(199.314)</u>	<u>-</u>	<u>9.040</u>	<u>(190.273)</u>	<u>-</u>	<u>6.706</u>	<u>(183.567)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

Em 2026 a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa, sob o qual foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos. Os valores são controlados na parte B do Lalur e não há prazo legal para prescrição.

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.354)	(4.608)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito tributário à alíquota nominal	<u>6.580</u>	<u>1.567</u>
Ajustes dos impostos referentes a:		
Doações, multas e demais despesas indedutíveis	(107)	(110)
Outras exclusões	214	103
Créditos de diferenças temporárias	<u>19</u>	<u>7.480</u>
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6.706</u>	<u>9.040</u>

Os créditos de diferenças temporárias constituídos no exercício se referem a provisões relacionadas a ajustes decorrentes de: (i) ajustes decorrentes de derivativos; (ii) ajustes decorrentes da variação do ativo biológico; e (iii) ajustes decorrentes de cálculos da depreciação acelerada incentivada.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 o capital social da Companhia é de R\$ 84.562 (R\$ 84.562 em 2025) representado por 63.403.433 ações ordinárias sem valor nominal (63.403.433 em 2025).

Nos termos do art. 199 da Lei nº. 6.404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação na próxima Assembleia Geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo imobilizado, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação realizada ao custo atribuído apenas às terras quando da adoção dos CPCs pela Companhia em dezembro de 2010, líquido dos efeitos tributários. O montante do saldo em 2026 é de R\$ 132.601 (R\$ 132.601 em 2025).

c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

d. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

e. Resultado por ação

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(12.648)	4.432
Denominador básico e diluído - quantidade de ações (nº de ações)		
Ordinárias	63.403.433	63.403.433
Lucro por ação básico e diluído -		
Por lote de mil ações, em reais	<u>(199,48)</u>	<u>69,90</u>

O resultado por ação básico e diluído é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela quantidade de ações.

25 Receita líquida

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Cana-de-açúcar	275.122	318.908
Soja	<u>7.630</u>	<u>7.474</u>
	<u>282.752</u>	<u>326.382</u>
Deduções da receita		
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(15.746)	(23.488)
(-) Devoluções de venda	<u>(48)</u>	<u>(30)</u>
	<u>(15.794)</u>	<u>(23.518)</u>
Receita líquida de vendas	<u>266.958</u>	<u>302.864</u>

A Companhia vende 100% de sua produção de cana-de-açúcar para sua controladora Sonora Estância S.A. com condições de prazos e preços específicos entre elas (Nota 14).

26 Gastos por natureza

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Depreciações e amortizações	(86.063)	(81.933)
Amortização de tratos culturais da cana-de-açúcar	(71.463)	(57.982)
Insumos, mão de obra e gastos gerais de fabricação	(6.364)	(3.616)
Manutenção de entressafra	(8.430)	(5.832)
Serviços de terceiros	(41.024)	(32.264)
Manutenção e conservação	(23.793)	(21.499)
Reversão de (provisão para) contingências (Nota 24)	997	(2.493)
Despesas com pessoal administrativo	(2.586)	(2.528)
Outras despesas, líquidas	<u>(30.358)</u>	<u>(33.649)</u>
	<u>(269.084)</u>	<u>(241.796)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(214.702)	(191.198)
Despesas gerais e administrativas	(51.220)	(47.629)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(3.162)</u>	<u>(2.969)</u>
	<u>(269.084)</u>	<u>(241.796)</u>

27 Resultado financeiro líquido

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos com operações e <i>Swap</i>	-	452
Rendimentos de aplicações financeiras	3.784	1.304
Descontos financeiros obtidos	515	77
Variação cambial ativa	61	1
Outras receitas financeiras	<u>369</u>	<u>67</u>
	<u>4.729</u>	<u>1.901</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(32.794)	(23.098)
Operações derivativas a realizar	-	(54)
Variação cambial passiva	-	(729)
Despesas bancárias	(123)	(688)
Juros parcelamentos de tributos	(391)	(286)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06	(44)	(58)
Demais despesas financeiras	<u>(43)</u>	<u>(303)</u>
	<u>(33.395)</u>	<u>(25.216)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(28.666)</u>	<u>(23.315)</u>

28 Compromissos com fornecimento de cana-de-açúcar

Pelo contrato de venda de cana-de-açúcar celebrado com a sua controladora, Sonora Estância S.A., vigente pelo prazo de 20 anos/safra, estima-se a entrega de aproximadamente 10.200.000 toneladas do produto para as próximas 6 safras contratadas.

Luca Giobbi
Diretor Presidente

Marcelo Contini
Contador responsável
CRC/MS 6240/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121 - Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business - 14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650 - kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Corrente Agrícola S.A.
Sonora - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Corrente Agrícola S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Corrente Agrícola S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de comercialização de cana-de-açúcar da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 1, 14 e 25 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7
